



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
5ª VARA CÍVEL
RUA SOURBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-970

SENTENÇA

Processo nº: **1008282-68.2017.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Procedimento Comum - Indenização por Dano Material**
 Requerente: **Hemisfério Construções Eireli - Epp.**
 Requerido: **Concreband Tecnologia Em Concretos Ltda.**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Vilson Palaro Júnior**

Vistos.

HEMISFÉRIO CONSTRUÇÕES EIRELI - EPP., qualificado(s) na inicial, ajuizou(aram) ação de Procedimento Comum em face de Concreband Tecnologia Em Concretos Ltda., também qualificado, alegando atuar no ramo da construção civil e ter pactuado com a empresa ré contratos para a construção de galpões e que entre os serviços contratados teria a construção de piso em concreto com especificações, todavia, após o término das obras, teria verificado que a requerida não teria utilizado de forma correta o percentual necessário de materiais em seu concreto e devido a isso ocorreram trincas e rachaduras no piso, bem como o esfarelamento do concreto que com o tempo continuam aumentando; diante desses fatos, o autor ingressou com medida cautelar de produção antecipada de provas, processo nº 1008401-97.2015.8.26.0566, em que teria ficado comprovado documentalmente a culpa da ré, bem como a sua responsabilidade por falhas na prestação do serviço e entrega de concreto, à vista do que requereu seja a ré condenada a ressarcir a autora na importância de R\$ 1.104.978,22 conforme gastos apresentados em planilha e comprovados a necessidade da substituição do piso conforme explanado na inicial, bem como ao pagamento das despesas processuais e honorário advocatício, estes últimos fixados em 20% sobre o valor da condenação.

A ré contestou o pedido alegando, preliminarmente, que a ação correta seria a de obrigação de fazer, de modo que o feito deveria ser julgado extinto de plano; no mérito, alegou que a autora requereu a indenização e não trouxe nenhuma prova que poderia embasar os materiais e valores lançados na planilha, que teria sido elaborada pela própria requerente, e sem qualquer documento para provar os valores quantitativos ou itens indicados na mesma, por isso não caberia indenização, e alega que nos termos do art.373 do CPC, à autora cabe o ônus da prova de suas alegações; sustenta que iniciou tratativas com a requerente, no sentido de refazer os serviços, inclusive enviando orçamento de empresa do ramo, com estimativa dos valores que demandariam para refazer os serviços, porém sem êxito; alegou que a ação a ser levada a efeito é de obrigação de fazer (ou refazer), os 4.714,78 m² de piso, que nos termos do laudo pericial deve ser substituído; diante do exposto requereu o acolhimento da preliminar aguida extinguindo-se o feito, e no mérito requereu a improcedência da ação ou, alternativamente, caso o entendimento seja a indenização, seja reconhecido que o valor para refazer o quanto apurado na pericial judicial é de R\$ 363.746,41, nos termos das provas carreadas aos autos; ademais, requereu seja a autora condenada ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
5ª VARA CÍVEL
RUA SOURBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-970

A autora replicou reiterando os termos da inicial.

A empresa ré impugnou os termos aduzidos na manifestação da contestação e requereu o desentranhamento dos documentos de fls. 736 a 798, posto que se tratariam de documentos acostados extemporaneamente.

É o relatório.

DECIDO.

O feito comporta julgamento antecipado, conforme permite o artigo 355, inciso I do Código de Processo Civil, à vista das provas existentes nos autos, suficientes para o deslinde da questão.

Quanto à preliminar aventada pela ré, de que a presente ação foi erroneamente classificada como indenização por danos materiais, quando o certo seria obrigação de fazer, com o devido respeito, o fato de não ter sido utilizado o *nomen iuris* correto não implica a imediata extinção da ação, pois o nome dado à ação é irrelevante para a aferição de sua natureza jurídica. Nesse sentido: “*PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO DECLARATÓRIA COM PEDIDO ANULATÓRIO. IRRELEVÂNCIA DO NOMEN IURIS. RETORNO DOS AUTOS À ORIGEM PARA APRECIACÃO DO MÉRITO. 1. Conforme a jurisprudência do STJ, a natureza jurídica da ação é definida por meio do pedido e da causa de pedir, não tendo relevância o nomen iuris dado pela parte autora. 2. No caso sob exame, apesar de a ação ter sido designada Declaratória de Inexistência de Débito, o pedido formulado e a causa de pedir exposta contêm pretensão de reconhecimento da ilegalidade do Auto de Infração e, conseqüentemente, do débito relativo ao ICMS. 3. O acórdão recorrido, que decidiu pela carência de ação ao entendimento de inadequação da via eleita, deve ser reformado, com o retorno dos autos à origem para fins de apreciação do mérito. 4. Agravo Regimental não provido.*” (cf. AgRg no REsp 594.308/PB, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 07/05/2009, DJe 20/08/2009).

Isto porque a aferição da natureza jurídica tem a sua definição com base no pedido e na causa de pedir. O juiz aplica a lei com base nos fatos alegados, “*da mihi factum et dabo tibi jus*”.

A posição do E.TJSP não é divergente: “*Interesse de agir. Irrelevância do nome atribuído à demanda. Pretensão da autora devidamente identificada na inicial. Pedido de exibição de prontuário médico. Extinção afastada. Recurso provido*”(cf; Apelação 0219243-88.2010.8.26.0100 – TJSP - 20/11/2014).

Fica afastada, portanto, a preliminar de falta de interesse de agir arguida pela ré.

No mérito, a relação estabelecida entre as partes é de consumo, já que os elementos desta relação estão presentes: a autora, na condição de consumidora, a ré na condição de fornecedora e a utilização pela autora do produto como destinatária final.

A ré se amolda à figura de fornecedora, uma vez que há um produto como objeto dessa relação jurídica e a autora é sim consumidora, no termos do artigo 2º da lei 8078/90, já que é a destinatária final do produto fornecido pela autora.

O fato de a autora ser pessoa jurídica e de utilizar o produto fornecido pela ré em sua unidade comercial não a afasta desse conceito, não havendo qualquer sentido em uma interpretação restritiva da norma.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
5ª VARA CÍVEL
RUA SOURBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-970

Deste modo, plenamente aplicável o Código de Defesa do Consumidor para deslinde dos autos.

Neste toada, cabe aqui ressaltar que vícios ocultos são os que não poderiam ser descobertos mediante exame atento e cuidadoso da coisa, praticado pela forma usual no caso concreto.

Assim, é de reconhecer que os problemas havidos são exemplos de vício oculto, uma vez que só puderam ser observados após a utilização do piso por determinado período.

Analizando o laudo pericial (fls. 67/86), produzido em ação cautelar de produção antecipada de provas, podemos verificar que a causa do vício no produto fornecido foi *"grande parte do material não atendeu o mínimo exigido, assim devendo ser trocado"*. (cf. Fls. 71).

E ainda, *"Segundo ensaios laboratoriais, 4.714,38 m² não apresentam a resistência exigida"* (cf. Fls. 72).

O perito ainda consignou que as trincas e fissuras do piso, podem ser atribuídas também à uma resistência do concreto menor à especificada em projeto, em resposta ao item 09 de fls. 73, isso porque o concreto, que foi fornecido pela requerida, não atendeu ao que foi pedido em projeto.

Deste modo, diante destas considerações, as informações trazidas pelo perito evidenciam a existência do vício no produto fornecido pela empresa ré, que ocasionaram a perda de 4.714,38 m² de piso.

Outrossim, caberia à empresa-ré, tendo em vista o quanto concluído pelo perito, provar que o material foi entregue com as devidas especificações técnicas, sendo que o perito indicou o problema foi ocasionado pela falta diferença de resistência do produto, pois o concreto foi entregue abaixo da resistência contratada.

Urge consignar que a empresa ré é responsável pelos vícios apresentados no piso de concreto fornecido, porque a atribuição da responsabilidade civil é objetiva, independentemente de culpa na forma do quanto determina o artigo 14 do CDC.

Neste sentido: **"CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR FORNECIMENTO DE CONCRETO EM OBRA DE CONSTRUÇÃO CIVIL - VÍCIO DO PRODUTO - Ação de indenização - Vício do produto provado por perícia - Responsabilidade objetiva do fornecedor - Arbitramento de indenização por danos emergente efetuado de acordo com a prova pericial - Lucros cessantes que serão apurados por arbitramento (6 meses de locação)- Recurso parcialmente provido.** (cf. TJ-SP - APL: 992070376637 SP – TJSP - 13/04/2010).

Fixada a responsabilidade da empresa ré em ressarcir os danos experimentados pelo autor em consequência da qualidade do concreto entregue pela ré, a extensão dos danos materiais foi devidamente comprovada (fls. 107/113 e 736/798), não havendo impugnação específica por parte da requerida, é de rigor o acolhimento.

O réu sucumbe e deverá, assim, arcar com o pagamento das despesas processuais e honorários advocatícios, estes arbitrados em 10% do valor da condenação, atualizado.

Isto posto JULGO PROCEDENTE a presente ação, em consequência do que CONDENO o(a) réu Concreband Tecnologia Em Concretos Ltda. a pagar a(o) autor(a) HEMISFÉRIO CONSTRUÇÕES EIRELI - EPP. a importância de R\$ 1.104.978,22 (um milhão, cento e quatro mil, novecentos e setenta e oito reais e vinte e



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
5ª VARA CÍVEL
RUA SOURBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-970

dois centavos), acrescida de correção monetária pelo índice do INPC, a contar da data dos documentos que instruem a inicial, como ainda juros de mora de 1,0% ao mês, a contar da citação, e CONDENO o réu ao pagamento das despesas processuais e honorários advocatícios, estes arbitrados em 10% do valor da condenação, atualizado.

Publique-se. Intimem-se.

São Carlos, 19 de abril de 2018.

Vilson Palaro Júnior
Juiz de Direito.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA